



A administração da **REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas. A Companhia é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais e aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019. Dentre das suas principais atividades, cabe destacar: (a) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competências; (b) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; (c) Exercer funções de agentes fiduciários; (d) Constituir sociedade de investimentos - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; (e) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor; (f) Realizar operações compromissadas; (g) Operar em bolsas de mercadorias e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências; (h) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnicas em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; (i) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários; e (j) Entre outras atividades. **Perspectivas para economia brasileira em 2022:** Avanço da vacinação. Com o avanço da vacinação e a reabertura da economia, o ano de 2021 foi marcado pela recuperação da atividade e por uma inflação pressionada, decorrente tanto de problemas de oferta rupturas nas cadeias produtivas, como também dos estímulos fiscais e monetários que estiveram presentes por grande parte do ano. Para 2021, a expansão da atividade se beneficia de uma base deprimida em 2020, e nossa previsão de crescimento é de 4,4%. Já a inflação ao final do ano superou os 10%. Em resposta a ela, o Banco Central elevou a taxa Selic em 725 bps em 2021, de 2% para 9,25%, e deve permanecer em território ainda mais contracionista ao longo do novo ano. **Economia brasileira:** Para 2022, a normalização da atividade e uma política monetária mais restritiva dão o tom do desafio para a economia brasileira. Os dados fragilizados para a atividade - indústria, varejo e comércio - trazem perspectiva pouco favorável, já que por trás pesquisas mensais, a desaceleração é evidente. Para 2022, a produção industrial, que foi beneficiada pelo maior consumo de bens durante a pandemia, volta a enfrentar os desafios usuais, como limitações na capacidade de produção e de alta competitividade no setor. Já o setor de serviços, o mais adversamente afetado pelas políticas de isolamento social, tem espaço para se recuperar um pouco mais, especialmente os serviços públicos e aqueles prestados às famílias. O setor agrícola também se beneficia com as melhores condições de safra para o ano. Projetamos um crescimento baixo, porém positivo, por conta dos setores primário e terciário, em 0,3% em 2022. Pelo lado da demanda, o consumo segue prejudicado por condições financeiras mais apertadas e pela perda do poder de compra dos salários. Embora o mercado de trabalho tenha registrado melhoras nas últimas leituras, o desemprego continua elevado, o que contém pressão por reajuste e recomposição salarial. Dados divulgados pelo Dieese e pela Fipe apontam que existe dificuldade de os trabalhadores recuperarem a renda real, já que os reajustes salariais estão abaixo dos índices de inflação. O endividamento das famílias alcançou expressivos 49,4% da renda, e as taxas de juros cobradas às empresas e famílias vem se elevando em resposta ao aumento da taxa Selic. Se de um lado uma atividade mais fraca traz alívio para a inflação, já ainda muitos outros componentes voláteis afetando os preços, como commodities energéticas e alimentos, assim como a eventual pressão por reajustes que alimentam a inércia inflacionária. Projetamos que a alta de combustíveis deve ser muito mais controlada em 2022, com a retirada de estímulos e o arrefecimento do crescimento dos países avançados. Para o câmbio, um real já muito desvalorizado também ajuda a conter a dinâmica inflacionária, mas há riscos ao longo do ano, trazidos pelas eleições presidenciais e eventuais mudanças no arcabouço fiscal. A inércia inflacionária no setor de serviços, que segue se recuperando, deve manter a inflação para este ano ainda fora da meta, e nossa projeção para o IPCA é de 5% para 2022. Na arena fiscal, a aprovação da PEC dos Precatórios confere mais gastos para 2022, e nossa projeção para a Dívida/PIB se alterou em função dela. Nossa expectativa é de retorno a superávit primário somente a partir de 2025. Em 2022, ainda há o risco de o baixo crescimento devido à alta de juros gerar surpresas negativas na arrecadação em virtude de lucros menores das empresas. O comércio externo brasileiro deve manter uma tendência positiva devido ao maior crescimento brasileiro em meio a um cenário de recuperação mundial. A expectativa é que as exportações permaneçam registrando bons números e as importações percam força com a desaceleração da economia doméstica. A balança de serviços deve apresentar alguma recuperação em relação a 2021 e 2020, porém o tamanho do déficit deve continuar ainda abaixo do registrado em anos anteriores. Em relação a renda primária, uma piora da atividade deve diminuir a quantidade de lucros e dividendos enviados ao exterior. Nesse sentido, espera-se que o déficit da conta corrente continue menor em 2022. **Economia internacional:** A volatilidade no mercado financeiro aumentou de forma significativa no início de 2022, em grande parte devido à maior incerteza sobre a política monetária do Federal Reserve (Fed). Enquanto a menor preocupação com a severidade da doença causada pela variante ômicron contribuiu para um bom desempenho dos ativos de risco na virada do ano, a expectativa de juros mais altos nos EUA, as tensões geopolíticas e a deterioração do crescimento chinês afetaram negativamente o sentimento dos participantes de mercado. A taxa de juros americana de 2 anos aumentou mais de 40 pontos base (pb) em janeiro/22, contribuindo para que os índices S&P500 e Nasdaq terminassem o mês com quedas de cerca de 5% e de 9%, respectivamente. O Fed já havia subido o tom ao final de 2021, ao reconhecer a maior persistência inflacionária e ao reduzir o prazo de duração da política de aquisição de títulos públicos e privados, ao mesmo tempo em que desacelerava essas compras mais rapidamente. O Comitê de Política Monetária do Fed (FOMC) também divulgou a expectativa de três altas de juros em 2022. Os dados econômicos divulgados em

Ativo Circulante	Notas Explicativas		31/12/2021	31/12/2020
	Disponibilidade	4	23	63
Títulos e valores mobiliários	5	1.263	805	
Rendas a receber	6	1.271	1.363	
Outros créditos		7	16	204
Total Ativo Circulante		2.633	2.435	
Ativo Não Circulante				
Imobilizado	7	633	372	
Total não Ativo Circulante		633	372	
Total do Ativo		3.266	2.807	

Capital social	Reserva de lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados		Total
	Reserva legal	Reserva de lucros			
Mutações do período					
Saldo em 30 de Junho de 2020	800	4	65	-	869
Lucro líquido do semestre	-	-	-	167	167
Reserva de lucros	-	8	159	(167)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	800	12	224	-	1.036
Mutações do período					
Saldo em 30 de Junho de 2021	800	29	495	-	1.324
Lucro líquido do semestre	-	-	-	771	771
Juros pagos sobre Capital Próprio	-	-	(60)	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	800	29	435	771	2.035
Mutações do período					
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	800	-	-	(4)	796
Lucro do período	-	-	-	240	240
Constituição da Reserva	-	12	224	(236)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	800	12	224	-	1.036
Mutações do período					
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	800	12	224	-	1.036
Lucro do período	-	-	-	1.110	1.110
Juros pagos sobre Capital Próprio	-	-	(111)	-	(111)
Constituição da Reserva	-	56	1.054	(1.110)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	800	68	1.167	-	2.035

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores ("Lei das S.A."). A Companhia foi constituída em 05 de junho de 2019 e seu registro perante a JUCESP ocorreu em 11 de setembro de 2019. A Companhia tem sua sede na cidade de São Paulo e tem por objeto social: (i) Subscrição e administração de ações em consórcio com outras sociedades autorizadas, e emissões de títulos e valores mobiliários para venda; (ii) Intermediar a oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; (iii) Comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência; (iv) Encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; (v) Incumbir-se da subscrição, da transferência e da autenticação de endossos, de desdobramento de caudais, de recebimento e de pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários; (vi) Exercer funções de agente fiduciário; (vii) Instaurar, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos; (viii) Constituir sociedade de investimento - capital estrangeiro e administrar a respectiva carteira de títulos e valores mobiliários; (ix) Realizar operação no mercado de câmbio, conforme legislação em vigor; (x) Realizar operações de conta margem, conforme regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; (xi) Realizar operações compromissadas; (xii) Praticar operações de compra e venda de metais preciosos no mercado físico, por conta própria e de terceiros, nos termos da regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil; (xiii) Operar em bolsas de valores mobiliários e de futuros, por conta própria e de terceiros, observada a regulamentação baixada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários e suas respectivas áreas de competências; (xiv) Prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; e (xv) Exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários. **Principais autorizações:** Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira. Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de 29/9/2014. Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escritor de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808. Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073. Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093. Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013. Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário. **Gerenciamento de Capital - Limites operacionais (Acordo de Basileia):** O BACEN, através da Resolução nº 4.193/2013 instituiu a metodologia para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e instituiu o Adicional de Capital Principal. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) correspondem à soma das seguintes parcelas: I - RWACPAD, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; II - RWAMPAD, relativa às exposições ao risco de mercado sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada; III - RWAOPAD, relativa ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada. O índice de capital apurado para 31/12/2021 nos termos das referidas Resoluções é de 17,36%, demonstrando a boa capacidade de solvência da instituição financeira, quando comparado ao requisito mínimo do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 9,125%. O quadro abaixo demonstra a apuração do Patrimônio de Referência Requerido, Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Capital (em R\$ mil). **2021**
Patrimônio de Referência (PR) 2.610
Risco de crédito (RWAcpad) 4.503
Risco de mercado (RWAmpad) 4.603
Risco operacional (RWAopad) 11.716
Somatório dos ativos ponderados por Risco 937
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PR) 1.098
Margem de capital 17,36%
Índice de Basileia

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: 2.1. **Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de registros contábeis mantidos pela Companhia de acordo com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, avaliação de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela REAG DTVM, quando aplicável: CPC nº 01 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, Res. 3.556/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01), Res. 3.604/09 - demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 (R2)), Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1)), Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25), Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24), Res. 3.989/11 - pagamento baseado em ações (CPC 01 (R1)), Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23), Res. 4.144/12 - estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (Pronunciamento conceitual básico), exceto nas matérias não conflitantes com os dispositivos do BACEN Res. 4.424/15 - registro contábil e evidenciamento de benefícios a empregados (CPC 33 (R1)), Res. 4.524/16 efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)), Res. 4.534/16 Ativo Intangível (CPC 04 (R1)), Res. 4.535/16 Ativo Imobilizado (CPC 27) Res. 4.748/19 Mensuração do Valor Justo (CPC 46), e Res. 3.050/19 Resultado por Ação (CPC 41). A REAG DTVM aplicou o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que não é conflitante com as normas do Bacen. As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas e aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 26 de março de 2022. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:**

janeiro, no entanto, aumentaram a pressão sobre o banco central para apertar a política monetária; a taxa de desemprego recuou para 3,9% - pouco acima do menor nível em 50 anos atingido em 2020; e a inflação ao consumidor atingiu 7% - o maior patamar em 40 anos. Nesse cenário, o FOMC indicou na reunião de janeiro que as taxas de juros começariam a aumentar em breve. Os investidores surpreenderam-se com a possibilidade de ocorrerem altas de juros por várias reuniões consecutivas, bem como de haver um maior ritmo de aperto monetário. Um eventual aumento do fed funds de 50 pb em março próximo, até então visto como improvável, passou a ser visto como possível. Não é certo qual o grau de empenho do banco central americano para promover um recuo temporário da inflação. O Fed removeu sinalizações prospectivas mais detalhadas, comunicando ao mercado que a extensão e a magnitude total do ciclo de aperto dependerão dos dados econômicos. Isso se traduz em um horizonte mais incerto para os mercados do que em 2021, quando os investidores projetavam um longo ciclo de redução da compra de ativos seguido por altas de juros em um ritmo gradual. As trajetórias dos salários, dos preços ao consumidor e das expectativas de inflação ganham relevância nesse ambiente. Com indicadores de núcleo de inflação apontando para uma maior disseminação da alta de preços, o Fed tentou a atuar para evitar que as pressões relacionadas à cadeia de suprimentos disfuncional e aos mercados imobiliário e de trabalho aquecidos desviassem as expectativas de inflação da meta de 2%. Será um desafio: o mercado de opções (Inflation caps and floors) aponta para uma expectativa de inflação cinco anos à frente entre 2,75% e 3,00%. Apesar do foco nas políticas dos EUA, o desconforto de outros bancos centrais com a inflação também foi destaque em janeiro. O banco central do Canadá manteve os juros básicos, mas reconheceu existir um menor grau de capacidade ociosa, sugerindo o início do ciclo de aperto monetário para breve. Membros do Banco Central Europeu também apontaram para riscos de maior inflação, ainda que ressaltando a menor urgência de ajustes nos tempos em relação à economia americana. A comunicação menos clara do Banco da Inglaterra não impediu o reforço da mesma mensagem: incômodo com a trajetória dos preços ao consumidor. Há pouco alívio para a inflação global nos próximos meses. O preço das commodities continuou em alta, com o preço da soja subindo 12% e o petróleo com alta de 17%. Em parte, esses movimentos refletem a elevação do risco geopolítico gerada pela ameaça de invasão da Rússia na Ucrânia. Essas altas, porém, trazem em também o alívio comum impacto da variante ômicron sobre a economia global. A possibilidade de o crescimento da China ser baixo, por outro lado, contrapõe-se aos efeitos favoráveis à alta dos preços de commodities. A política sanitária de "zero COVID", o contínuo ajuste do endividamento do setor imobiliário, as preocupações com a Olimpíada de Inverno e a ameaça de novo aperto regulatório pesaram sobre as expectativas de crescimento do país, como ilustram as sondagens de sentimento. Esse cenário contribuiu para o recuo das projeções de crescimento do PIB na China. Os riscos de maior aperto monetário global, o menor crescimento da China e as agudas tensões geopolíticas abalaram a confiança dos participantes de mercado em janeiro. A expectativa de juros mais altos em vários mercados desenvolvidos e o questionamento sobre uma suposta volatilização exagerada na bolsa americana estimularam uma redução das posições em renda variável e uma rotação de ativos para setores e empresas menos avançados e mais consolidados, bem como para mercados emergentes, inclusive o brasileiro. Olhando à frente, esperamos que os juros globais continuem em alta. Liderado pelas taxas de economias com maior pressão inflacionária, como EUA e Reino Unido, o movimento de aumento dos juros refletirá também a normalização parcial das cadeias de suprimento e a consequente retomada do crescimento global. O risco crescente de menor expansão da economia chinesa estimulou o governo a considerar uma revisão das políticas que vinham sendo adotadas até recentemente. O Banco Central da China começou a afrouxar a política monetária e a estimular a oferta de crédito bancário. Ao mesmo tempo, o governo sugere que reduzirá as pressões regulatórias que vinham sendo implementadas, bem como estimulará os governos das províncias a oferecer condições para o aumento dos investimentos. Em suma, se a incerteza abrandar, é possível - embora ainda não provável - que a recuperação dos mercados de risco nos mercados emergentes torne-se uma das marcas de 2022. Nesse caso, apesar do aumento da volatilidade e do aumento dos juros básicos em várias economias desenvolvidas, continuamos construímos em relação à renda variável global - mesmo que acompanhado pelo processo de rotação em curso nos bolsas globais, por conta da retomada do crescimento nos próximos trimestres com a normalização do cenário da saúde pública e a resolução dos gargalos das cadeias de suprimentos. Todos os valores dos cenários macroeconômico doméstico e global são coordenados por um Comitê e estão em conformidade com todas as leis vigentes. A extensão da pandemia pode resultar em efeitos adversos relevantes nos negócios, além de efeitos financeiros que possam impactar os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas diretas e indiretas. Quaisquer choques ou movimentos inesperados nesses fatores de mercado podem resultar em perdas financeiras associadas à carteira de negociação ou ativos financeiros da Companhia, que podem deteriorar a condição financeira da Companhia. Além disso, as preocupações do mercado podem se traduzir em restrições de liquidez e acesso reduzido a financiamento nos mercados local e internacional, afetando negativamente os negócios da Companhia. A extensão dos impactos da pandemia nos negócios, na condição financeira, na liquidez e nos resultados da Companhia e suas controladas ainda depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos, imprevisíveis e que dependem de diversos fatores que estão fora do seu controle, incluindo a possibilidade de ondas adicionais de surtos, como os casos confirmados envolvendo as novas cepas da COVID-19 no Brasil e no mundo, e a intensidade da retração econômica resultante das ações tomadas, ou a serem tomadas, pelas autoridades governamentais em resposta à pandemia. **REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Cenário de 2021:** O ano de 2021 foi muito especial para a Companhia. Finalizamos 2021 com um resultado satisfatório atrelado com os fatores mencionados abaixo: **Autorizações:** Dando início aos fatos que ocorreram durante o exercício de 2021, apresentamos a seguir o cronograma com as principais autorizações ao longo do exercício desde a constituição da Companhia: • Em 9 de janeiro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto ao Banco Central do Brasil para operação como instituição financeira. • Em 19 de março de 2020, conforme Ofício CVM nº 243/2020, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro como representante de investidores não residentes, na forma prevista na Resolução CMN nº 4.373, de

(Em milhares de reais)

Passivo Circulante	Notas Explicativas		31/12/2021	31/12/2020
	Obrigações Tributárias	8	193	351
Obrigações Trabalhistas	9	360	-	
Créditos Diversos	10	678	1.420	
Total Passivo Circulante		1.231	1.771	
Patrimônio Líquido				
Reservas no País		800	800	
Conserva de lucro		1.235	236	
Total do Patrimônio Líquido		2.035	1.036	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.266	2.807	

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional". Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Resumo das principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante todo o período apresentado nestas demonstrações contábeis. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes. a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM; b) Instrumentos financeiros; c) Avaliação do valor recuperável de ativos; d) Apuração do resultado; e) Disponibilidades; f) Tributos; g) Imobilizado; h) Provisões; i) Receita; j) Lucro por ação; k) Resultado recorrente e não recorrente; l) Estimativa de valor justo; m) **Títulos e Valores Mobiliários - TVM:** Os títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 5) adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados em função da intenção da Administração da REAG DTVM, na categoria de: Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativamente e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período. A metodologia de ajuste de valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta dessa, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o PU e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de risco de crédito, valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas e instrumentos financeiros semelhantes. Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados por rata die, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e com rendimentos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a formar a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários. b) **Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros:** Quando da Instrumentação de atribuição do valor justo de ativos e passivos financeiros por meio de derivações de preço de um mercado ativo, esse é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são provenientes de dados observáveis no mercado, sempre que disponíveis. Caso não existam informações suficientes para a aplicação dos critérios mencionados, são adotados outros parâmetros técnicos e judgmentais, devidamente aprovados na Governança de Riscos da Organização. As metodologias utilizadas na avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros constam na nota 3. c) **Avaliação do valor recuperável de ativos ("Impairment"):** A Companhia avalia na data de cada balanço, ou quando necessário, se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma diminuição do valor recuperável de um ativo. Um teste de recuperação sem uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e que aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por **impairment** é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por **impairment** diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o **impairment** ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou eventos que indicassem a redução de valor recuperável sobre seus ativos financeiros. d) **Apuração do resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na data da ocorrência do evento de perda ou ganho, quando se correlacionam com o período de realização do evento. O reconhecimento de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério por rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. e) **Disponibilidades:** Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em operações compromissadas - posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (nota explicativa nº 4). f) **Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas
Imposto de Renda - IR (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
PIS	0,65%
COFINS	4%
ISSQN	Até 5%

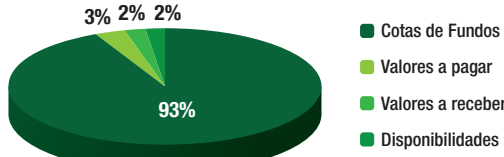
g) **Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução de valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzidos das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo da vida útil do ativo. A depreciação do imobilizado é contabilizada em Despesas Administrativas. h) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas em contas de reservas e são avaliadas de forma semelhante. i) **Receita:** As taxas de administração são baseadas no desempenho (taxas de desempenho), reconhecidas pela prestação de serviços de gestão de ativos e calculadas com base na utilização do valor patrimonial líquido dos fundos, sujeitas a certos limites, como taxas internas de retorno ou taxas de saída, de acordo com os termos da constituição do fundo. As taxas de desempenho, que incluem contraprestação variável, são reconhecidas somente após uma avaliação dos fatos e circunstâncias e quando é altamente provável que a reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza for resolvida. A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidas em contrato. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, conforme demonstrado nas políticas de reconhecimento demostrado abaixo. • **Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. A seguir apresentamos a natureza e a época do reconhecimento das obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Nome do fundo	Administrador	Política de reconhecimento da receita
REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento
REAG ABSOLUTO FIM	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão e administração cobradas pelo investidor
REAG ALPHA FIM	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidas em contrato
REAG MASTER FIM	REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão e administração cobradas pelo investidor

29/9/2014. • Em 13 de abril de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM o registro para exercer a atividade de Escritor de Valores Mobiliários, nos termos do art. 34, §2º, da Lei 6.404 e da Instrução CVM nº 543, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 17.808. • Em 2 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviços de Administração de Carteira de Valores Mobiliários previsto na Instrução CVM nº 558, de 26 de março de 2015, conforme Ato Declaratório nº 18.073. • Em 17 de setembro de 2020, conforme Diário Oficial da União, a Companhia recebeu autorização junto a CVM para prestação de serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e da Instrução CVM nº 452, de 20 de dezembro de 2013, conforme Ato Declaratório nº 18.093. • Em 12 de abril de 2021, conforme ofício nº 103/2021/CVM/SMI/GME, a Distribuidora recebeu autorização a prestar os serviços de custódia física de valores mobiliários não escriturais nos termos da Instrução CVM nº 542/2013. • Em 18 de outubro de 2021, a Distribuidora recebeu autorização pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de agente fiduciário. **Destques do Resultado das Demonstrações Financeiras:** A Companhia encerrou o exercício com o lucro líquido de R\$ 1,1 milhão, 463% superior ao mesmo período do exercício anterior que totalizou R\$ 240 mil. A receita de prestação de serviço foi de R\$ 14,5 milhões, 247% superior ao mesmo período do exercício anterior que totalizou R\$ 5,8 milhões. Vale ressaltar que o aumento das receitas se deve pelas autorizações recebidas e captação de novos clientes, o que originou um aumento expressivo da receita. As despesas administrativas totalizaram R\$ 8,9 milhões, aumento de 173% comparado com o mesmo período do exercício anterior que totalizou R\$ 5,1 milhões. O aumento deve-se aos investimentos realizados nas áreas de infraestrutura e tecnologia para otimização dos processos e melhor atendimento ao cliente. Vale destacar que a Companhia encerrou o exercício com 212 fundos sob gestão, aumento de 198% comparado com o mesmo período de 2020 que encerramos com 107 fundos ativos sobre administração. Para o exercício de 2022, a expectativa da Companhia é um aumento orgânico de novos fundos com projeções de crescimento entre 60% e 65%. **Gerenciamento de Capital - Limites Operacionais (Acordo de Basileia):** O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituiu a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) para o cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente, através da Resolução nº 4.193/2013, instituiu a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR) para os ativos ponderados pelo risco (RWA). Os ativos ponderados pelo risco (RWA) correspondem à soma das seguintes parcelas: I - RWAcpad, relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de

continuação Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Valores expressos em milhares de reais)

A REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui em sua estrutura o fundo exclusivo REAG Cash Fundo de Investimento Multimercado. O objetivo precípuo do FUNDO é atuar no sentido de proporcionar a seus cotistas a valorização de suas cotas mediante aplicações de recursos financeiros em carteira diversificada de ativos financeiros. A alocação do FUNDO deverá obedecer às limitações previstas neste Regulamento e na regulamentação em vigor, principalmente no que tange a categoria a que o FUNDO pertence. Para os fins deste Regulamento, consideram-se ativos financeiros aqueles elencados no §5º do artigo 2º da Instrução CVM nº 555/14. O fundo iniciou as operações em 2021 e abaixo apresentamos a composição da carteira findo em 31 de dezembro de 2021:



6. Rendas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Renda a receber		
Serviços prestados a receber (*)	1.271	1.363
	<u>1.271</u>	<u>1.363</u>

(*) Refere-se a valores a receber de clientes inerente a operação da Companhia.

O aging

Aging List

	Valor
A Vencer	35
Vencido Entre 1 A 30 Dias	39
Vencidos Entre 120 A 180 Dias	282
Vencidos Entre 180 A 360 Dias	761
Vencidos Entre 60 A 120 Dias	153
Total Geral	<u>1.271</u>

A avaliação de perda de crédito é realizada para a carteira de clientes e foi constituída com base em análises de risco de crédito, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram constituídas provisões para perdas. 7. Imobilizado: Segue a movimentação do ativo imobilizado

	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Custo do imobilizado					
Instalações	10%	55	81	-	136
Móveis	10%	285	-	-	285
Equipamentos	10%	105	290	-	395
		<u>445</u>	<u>371</u>	-	<u>816</u>
		<u>Saldo em 31/12/2020</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixa</u>	<u>Saldo em 31/12/2021</u>
Depreciação					
Instalações		(8)	(12)	-	(20)
Móveis		(41)	(46)	-	(87)
Equipamentos		(24)	(52)	-	(76)
		<u>(73)</u>	<u>(110)</u>	-	<u>(183)</u>
Total Líquido		<u>372</u>	<u>261</u>	-	<u>633</u>

	Taxa média anual - %	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Custo do imobilizado					
Instalações	10%	-	55	-	55
Móveis	10%	-	285	-	285
Equipamentos	10%	-	105	-	105
		-	<u>445</u>	-	<u>445</u>
		<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Baixa</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Depreciação					
Instalações		-	(8)	-	(8)
Móveis		-	(41)	-	(41)
Equipamentos		-	(24)	-	(24)
		-	<u>(73)</u>	-	<u>(73)</u>
Total Líquido		-	<u>372</u>	-	<u>372</u>

	31/12/2021	31/12/2020
8. Obrigações tributárias		
Obrigações tributárias		
Provisão para IRPJ e CSLL	69	88
ISS	33	84
COFINS	65	155
PIS	11	24
Impostos retidos	15	-
	<u>193</u>	<u>351</u>

	31/12/2021	31/12/2020
9. Obrigações trabalhistas		
Salários	125	-
Impostos e contribuições	52	-
Férias	136	-
INSS e FGTS	47	-
	<u>360</u>	-

	31/12/2021	31/12/2020
10. Credores Diversos		
Fornecedores (*)	678	1.420
	<u>678</u>	<u>1.420</u>

(*) Refere-se a valores a pagar de fornecedores inerente a operação da Companhia, tais como: alugueis, software etc. 11. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social da Companhia é de R\$800, divididos em 800.000 (oitocentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional. b) Resultado do semestre: No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou o lucro de R\$ 1.110 (Lucro de R\$ 240 e 31 de dezembro de 2020). c) Reserva legal: A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O valor em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 68.

	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
12. Receitas da intermediação financeira			
Receitas da intermediação financeira			
Valorização da Letra Financeira do Tesouro (*)	28	42	129
	<u>28</u>	<u>42</u>	<u>129</u>

	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
13. Outras receitas operacionais			
Receitas de prestação de serviço			
Receita de administração de carteira de clientes (*)	8.653	14.346	5.732
Receita de assessoria financeira	209	209	162
	<u>8.862</u>	<u>14.555</u>	<u>5.894</u>

(*) Refere-se ao gerenciamento da carteira de investimentos em operações financeiras diversas.

	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
14. Outras despesas operacionais			
Despesa com pessoal			
Benefícios e treinamentos	(638)	(895)	(9)
Encargos sociais	(278)	(448)	(2)
Proventos	(867)	(1.368)	-
Outros	-	(36)	-
	<u>(1.783)</u>	<u>(2.747)</u>	<u>(11)</u>

	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Despesa administrativa			
Aluguel e condomínio	(1.181)	(2.124)	(1.893)
Despesa de água e energia	(105)	(185)	(184)
Despesa de manutenção	(510)	(969)	(151)
Despesa com licença de uso (**)	(1.267)	(2.014)	(884)
Despesa desenvolvimento	(205)	(362)	(139)
Serviços de terceiros (*)	(1.502)	(2.515)	(1.547)
Despesa de comunicação	(50)	(105)	-
Despesa de materiais	(45)	(102)	-
Depreciação	(66)	(110)	(73)
Seguro	(9)	(34)	(16)
Outras despesas	(359)	(450)	(306)
	<u>(5.299)</u>	<u>(8.970)</u>	<u>(5.193)</u>

	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
Outras despesas operacionais			
Despesas tributárias (**)	(529)	(987)	(427)
	<u>(529)</u>	<u>(987)</u>	<u>(427)</u>

(*) Refere-se a serviços de auditoria externa, serviços de contabilidade e serviços jurídicos. (**) Refere-se a tributos sobre o faturamento de receitas de prestação de serviço. (***) Refere-se a licença de uso de software.

	2º Semestre	31/12/2021	31/12/2020
15. Imposto de renda e contribuição social			
Lucro real antes da compensação	1.200	1.794	392
Devido IRPJ - (15%)	180	269	59
Adicional - (10%)	96	155	15
Total de IRPJ	<u>276</u>	<u>425</u>	<u>74</u>
Lucro real antes da compensação	1.161	1.794	392
Devido IRPJ - (20%) (*)	232	359	78
Total de CSLL	<u>232</u>	<u>359</u>	<u>78</u>
Total de IRPJ e CSLL	<u>508</u>	<u>783</u>	<u>152</u>

(*) Conforme Emenda Constitucional 103/2019, que alterou o sistema e previdência social ("reforma da previdência"), publicada no Diário Oficial da União em 13 de novembro de 2019, eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras ou equiparadas para 20% a partir de 01 de março de 2020. 16. Contingências: A Companhia não é parte envolvida em nenhum processo judicial e/ou administrativo na esfera cível, trabalhista ou tributária, consequentemente, não foi registrada provisão para cobrir eventuais riscos. 17. Eventos Subsequentes: Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2021, a Diretoria da Companhia decide aumentar o capital social, mediante a utilização de parte dos saldos de reservas, de R\$ 800, dividido em 800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, para R\$ 1.300, dividido nas mesmas 800.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, mediante a utilização de parte dos saldos de reservas demonstradas no balanço patrimonial de 30 de junho de 2021 que totalizam R\$ 500. A referida Ata foi submetida ao Banco Central do Brasil para aprovação e reflexo contábeis nas demonstrações financeiras.

Silvano Gersztel - Diretor Presidente	Leonardo Falbo Donato - Diretor Comercial	Fabiana Franco - Diretora de Compliance	Cesar Nakashima - CRC 1SP148337/O-4
Diretoria			Contador

Aos Administradores e Acionistas REAG Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não

temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejam e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2022

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador - CRC 1PR050377/O-6